

## Ata da 36ª Reunião do Conselho Nacional de Política Cultural (1ª reunião do exercício de 2023)

**Data:** 03 de abril de 2023

**Local:** Auditório do subsolo do bloco "A", da Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

No dia três de Abril de 2023, às quinze horas, deu-se início à 36ª Reunião do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) - triênio 2022/2025 (1ª reunião do exercício de 2023), com os seguintes conselheiros(as) presentes: **Roberta Cristina Martins**, Secretária dos Comitês de Cultura; **Lindivaldo Oliveira Leite Junior**, Diretor do Departamento do Sistema Nacional de Cultura; **Alexandre Santini**, Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); **Ana Cristina de Castro**, Presidente do Fórum dos Secretários e Gestores da Cultura das Capitais e Municípios Associados; **Ana Cristina Maltez**, Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM); **Fabício Noronha**, Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Cultura dos Estados; **Fernanda Santana Rabello de Castro**, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM); **Maria Fernandes Marighella**, Presidente da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE); **Henilton Parente Menezes**, Secretário de Economia Criativa e Fomento Cultural; **Desirée Tozi**, representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; **Gabriel Portela Saliés**, Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Cultura das Capitais e Municípios; **Carmen Brigida Negrão**, titular do segmento Expressões Artísticas, representando a Associação Rede de Produtores Culturais da Fotografia no Brasil; **Mônica Teresa Costa Maia**, suplente do segmento Expressões Artísticas; **Luís Antonio Torelli**, titular do segmento Expressões Artísticas, representando a Câmara Brasileira do Livro; **Luciana Conrado Martins**, titular do segmento de Patrimônio Cultural, representando o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; **Vitor Hugo Narciso**, titular do segmento Cultura Popular, representando a Confederação da União das Federações de Capoeira do Brasil; **Geová Alves da Silva**, titular do segmento Culturas Afro-brasileiras, representando a Instituição

de Tradições e Cultura Afro-brasileira São Judas Tadeu; **Elson Silva da Rocha**, 1º titular da Região Norte; **Lucimar Bezerra Marques**, 2º titular da Região Norte; **André Luís Rocha Santos**, 1º titular da Região Nordeste; **Ednilton Barreto (Shaolin)**, 2º titular da Região Nordeste; **Luiz Felipe Vitelli Peixoto**, 1º titular da Região Centro-Oeste; **Fernanda Barbosa Adão**, 2º titular da Região Centro-Oeste; **João Michel Daniel Ferreira**, 1º titular da Região Sudeste; **Thaynã Fernandes Araújo Paes**, 2º titular da Região Sudeste; **Paulo Leônidas de Barros**, 1º titular da Região Sul; **Mônica Teresa Costa Maia**, suplente do segmento Expressões Artísticas; **Mara Regina Beserra Xavier Cortez**, suplente do segmento Expressões Artísticas; **Adriana Dutra Mendes**, suplente do segmento de Patrimônio Cultural; **Maurício Candido da Silva**, suplente do segmento Cultura Popular; **Gilcéia de Lurdes Souza**, suplente do segmento Cultura Popular; **Wellisson Brito Batista (Mestre Camaleão)**, 1º suplente da Região Norte; **Fábio Mendes da Silva**, 2º suplente da Região Norte; **Nivaldo Jorge da Silva**, 2º suplente da Região Nordeste; **Cláudia Maria Queiroz de Jesus**, 1º suplente da Região Centro-Oeste; **Geraldo Vitor da Silva Filho**, 2º suplente da Região Centro-Oeste; **Aryanne Ribeiro**, 1º suplente da Região Sudeste; **José Facury Helui**, 2º titular da Região Sudeste; **Geziel da Silva de Souza**, 1º suplente da Região Sul; **Neimar Pires Rodrigues**, 2º suplente da Região Sul.

Dos membros presentes, registraram-se apenas os seguintes **conselheiros com direito a voto**: Carmen Brígida Negrão, Luis Antonio Torelli, Luciana Conrado Martins, Vitor Hugo Narciso, Geová Alves da Silva, Elson Silva da Rocha, Lucimar Bezerra Marques, André Luís Rocha Santos, Ednilton Barreto, Luiz Felipe Vitelli Peixoto, Fernanda Barbosa Adão, João Michel Daniel Ferreira, Thaynã Fernandes Araújo Paes, Paulo Leônidas de Barros, Neimar Pires, Fabrício Noronha, Ana Cristina Maltez, Maria Fernandes Marighella, Fernanda Santana Rabello de Castro, Henilton Parente Menezes.

**Registraram-se as ausências sem justificativa apresentada**: representantes da Fundação Biblioteca Nacional, Secretaria do Audiovisual, Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural, Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, Ministério

dos Direitos Humanos e Cidadania, Agência Nacional de Cinema, Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação e Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**Registro de ausência justificada:** **Conselheira Francinete Santos Braga**, suplente da Instituição de Tradições e Cultura Afro-brasileira São Judas Tadeu, ausente devido às fortes enchentes que ocorreram na cidade onde reside – localizada no interior do Maranhão; **conselheira Jacqueline Custódio**, representante titular da Região Sul, ausente por um compromisso com uma agenda de trabalho estabelecida anteriormente à mudança de data da 36ª Reunião; **conselheira Rosianne Coelho de Farias**, suplente da Região Norte, ausente por sua casa ter sido atingida por uma enchente em sua Região; e o **conselheiro Jocelino Pessoa de Oliveira**, representante titular do Serviço Social do Comércio (SESC), informou que estaria de férias durante a data original da Reunião, não se atentando a mudança de data do evento.

**Roberta Martins**, Secretária dos Comitês de Cultura e coordenadora da reunião, iniciou a reunião saudando a todos os presentes e falando brevemente sobre o processo de eleição do Conselho, ressaltando o compromisso democrático do governo federal e do Ministério da Cultura ao concretizar este procedimento por meio da cerimônia de Posse. A secretaria, então, informou que uma chamada se fazia necessária, a fim de que houvesse um registro formal dos presentes e ausentes. Tal momento de confirmação de presença foi realizado pela conselheira titular **Carmen Brígida Negrão**, representante da Associação Rede de Produtores Culturais da Fotografia no Brasil. Após esse momento, enquanto a lista de presença passava por cada conselheiro, a Secretaria apresentou uma proposta inicial de pauta para a reunião. Os tópicos sugeridos foram: I. Informes do Ministério da Cultura; II. Aprovação dos compromissos de 2023; III. Definição das cadeiras do CNPC não ocupadas (Notório Saber e Povos indígenas); III. A 4ª Conferência Nacional de Cultura; IV. Composição de duas câmaras temáticas (para a construção de proposta de nova formação do CNPC e para a 4ª Conferência); V. Aprovação do calendário de reuniões e metodologia do CNPC para 2023; VI. Indicação de representantes para o I Fórum Interconselhos da presidência da república. O secretário-executivo do CNPC, e diretor do Departamento do Sistema Nacional de

Cultura, **Lindivaldo Oliveira Leite Junior** interveio para dizer que o regimento interno já estava definido pelo documento que define o Conselho, fazendo com que não seja necessária uma comissão para tratar dele. **Roberta Martins** retomou a palavra afirmando que, na verdade, o preciso seria rever o Regimento para fazer ajustes, dando como exemplo o caso da metodologia e formato definido para as reuniões. Como resposta à pergunta da secretaria se havia dúvidas ou avaliações da pauta, a conselheira **Fernanda Barbosa Adão** (representante da Região Centro-oeste), pediu a fala para perguntar se seria possível adicionar o debate sobre a inclusão de uma cadeira no Conselho para pessoas com deficiência no quarto item da pauta, que trata da formação de câmaras temáticas. Roberta respondeu dizendo que não haveria como incluir cadeiras por esta definição vir do decreto que estabelece o CNPC, mas reconhece a importância dessa discussão e que mostra como é necessário rever algumas diretrizes do CNPC. A impossibilidade de alteração, bem como a insuficiência, das cadeiras dentro do Conselho, seria uma demonstração da necessidade de sua reformulação. Sugeriu, como maneira de suavizar essa ausência, discutir sobre alternativas positivas à essa reserva. Seguindo a sua fala, considerou como aprovada a pauta e registrou a presença de Alexandre Santini, presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, além de convidado para as próximas reuniões deste mandato, e Marco Lucchesi, presidente da Fundação Biblioteca Nacional. Justificou que o Conselho ali reunido foi definido por um Decreto anterior ao novo Ministério da Cultura, de modo que o número de cadeiras foi respeitado para que a posse fosse concretizada. O decreto, porém, não reserva cadeira para a Fundação Casa de Rui Barbosa, impossibilitando que Alexandre Santini estivesse na Reunião enquanto titular. Finalizando, Roberta deu seguimento à Reunião apresentando o diretor **Pedro Vasconcellos**, da Diretoria de Articulação e Governança dentro da Secretaria dos Comitês de Cultura, como alguém que tem acompanhado a regulamentação da Lei Paulo Gustavo. Fez uma observação ao sugerir que houvesse cinco minutos de fala e outros cinco de observações, que foi acatada. Pedro iniciou a palavra pontuando que a Lei seja, talvez, o primeiro grande desafio institucional do Ministério, levando em conta o seu volume de recursos e a sua complexidade. Noticiou que o Ministério está realizando plenárias virtuais com todos os estados brasileiros, após já ter feito uma rodada ampla de diálogos com os gestores municipais e estaduais,

conselheiros do CNPC e com o ConECta, Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Cultura. Com a publicação da regulamentação, porém, é possível que as dúvidas expostas sejam respondidas, mas outras, não tratadas na regulamentação, apareçam. Iniciaria, assim, outro momento de escuta sobre a Lei, onde instruções normativas, ou até mesmo documentos de orientação, poderão contribuir com elucidações. Anunciou que o desejo do Ministério é de que a regulamentação seja publicada ainda em abril, encontrando-se, até o momento, na Casa Civil. Então, optou por falar brevemente sobre o que se encontra na regulamentação, afirmando que seria cabível, depois, discutir outros temas. Um dos termos previstos pela regulamentação foi o de fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura, tornando a assinatura de um Termo de Compromisso obrigatório logo no início do processo de inscrição. Outro ponto é a de escuta da sociedade civil, oitivas e audiências, que já acontece, mas continua sendo necessário. A operacionalização dos recursos, com a previsão de um percentual que garanta para cada estado ou município possa usar uma parte dos recursos para operacionalizar a Lei Paulo Gustavo, no intuito de garantir uma transparência, agilidade e eficiência na execução da Lei. Esta operacionalização ainda está em discussão, considerando um teto de cinco por cento ou quatro milhões. Para que não seja necessária a devolução de recursos, há a previsão da possibilidade de realizar remanejamentos de recursos, dentro dos incisos que tratam de audiovisual, permitindo ajustes e evitando a necessidade de outros editais para cumprir com os orçamentos. A regulamentação trará, de maneira objetiva, quem e/ou o que se caracteriza como proponente, produção audiovisual e outros tópicos que possam ser ambíguos, sem prejudicar a abrangência de possibilidades de projetos. Bem como está prevista a destinação mínima de dez por cento do valor do projeto para investimento em acessibilidade. A regulamentação também tratará de ações afirmativas, que serão melhor abordadas em uma futura instrução normativa, estabelecendo orientações gerais e modelos de ações afirmativas e cotas. Encaminhando para o encerramento de sua fala, comunicou que o Ministério não é capaz de interferir na legislação tributária, como ausentar projetos do desconto de imposto de renda. Por fim, lembrou rapidamente o calendário da Lei e ressaltou que já se faz importante uma discussão sobre a regulamentação da Lei Aldir Blanc que virá após toda a execução da Lei Paulo Gustavo, considerando o seu ciclo de dois anos. Retomando após a fala do

diretor, a coordenadora abriu a lista para falas, priorizando os conselheiros e estabelecendo, inicialmente, cinco inscrições. A primeira pessoa inscrita foi o conselheiro titular **Elson Rocha**, representante da Região Norte, que questionou sobre uma eventual restrição de proponentes em estados onde há a necessidade de ter vínculo reconhecido dentro do setor audiovisual ou ser uma empresa, para inscrever projetos. Afirmou que há uma cobrança dupla, de quem foi premiado e das empresas que prestam serviço para a execução do projeto, e defendeu a busca por uma solução para que haja apenas uma cobrança. Continuando com a fala dos inscritos, o conselheiro titular **Thaynã Paes**, representante da Região Sudeste, afirmou que o CNPC não foi escutado para a implementação da Lei Paulo Gustavo. Disse que a escuta com os conselheiros pela diretoria responsável pela Lei foi mais informativa do que contributiva. Sobre a exigência de um Termo de Adesão, pensa não ser o suficiente. Um Acordo de Cooperação Federativa, além de simples, seria mais eficaz em garantir continuidade. Perguntou o que será exigido no final da Lei, ainda em relação a esse tópico de fortalecimento do SNC dentro da regulamentação, para a prestação de contas, como os resultados serão medidos para reconhecer a concretização do Termo ou Acordo. Por fim, disse que cinco por cento para operacionalização seria pouco para municípios pequenos, onde gestores têm mais dificuldade em querer aderir ao Sistema devido ao seu custo durante a adesão. Encerrou exaltando a pontuação do diretor Pedro Vasconcellos sobre a LPG aceitar a proposição de videocliques, dizendo que no interior de estados, muitas vezes, não há grandes produções, e sim, “videomakers” responsáveis por grande parte das produções locais. Após ele, o membro-fundador do Fórum de Cultura LGBTQIAP+ do Distrito Federal, **Raphael Veiga**, tomou a fala trazendo uma perspectiva política acerca da Lei Aldir Blanc. Disse que há uma visão equivocada de que residentes do Distrito Federal têm acesso pleno, enquanto comunidade cultural, a incentivos culturais. O governo do DF seria, para ele, forte opositor à cultura. Portanto, sugeriu aos conselheiros do CNPC diálogos mais profundos sobre a implementação da LPG. Trouxe o seu caso pessoal, enquanto alguém que viajou pelo Brasil para ajudar na implementação em vários estados, falando sobre cidades em que prefeitos não atrapalharam a execução da Lei por motivos políticos. Por fim, ressaltou uma solicitação feita em outro momento para o senhor **Fábio Perinotto**, Coordenador-Geral de Orientação e Capacitação de Estados,

DF e Municípios, de que houvesse uma preocupação do Ministério por fazer todas as cartilhas e informativos fossem feitos com atenção à acessibilidade. Com isso, garantiria um acesso democrático das informações ali expostas. Agradecendo a fala, passou para o conselheiro titular **Ednilton Barreto**, representante da Região Nordeste, que questionou o quarto parágrafo do artigo sexto da Lei Aldir Blanc 2, onde define que, para obter o incentivo, os municípios deverão garantir em suas leis orçamentárias anuais uma média dos últimos três anos. Afirmou que debater isso neste momento, quando todas as leis orçamentárias já foram aprovadas, pode atrapalhar municípios a demonstrarem interesse pela LAB 2. Portanto, lhe parece necessária uma mudança no texto. **José Facury**, conselheiro suplente e representante da Região Sudeste, assumiu a fala fazendo uma reflexão sobre como o CNPC pode se tornar uma referência de modelo de conselho, onde há uma relação produtiva entre sociedade civil e gestores para as discussões sobre políticas públicas culturais. Defendeu que a regulamentação da Lei Paulo Gustavo cabe ser feita com um poder de decisão exclusivo do poder público, alegando que não há necessidade de que conselheiros tenham grande poder de decisão. O conselheiro titular **João Michel**, representante da Região Sudeste, então, questionou como será o trato das sobras de investimentos da Lei Paulo Gustavo nos municípios. A conselheira titular **Fernanda Adão**, representante titular da Região Centro-Oeste, tomou a palavra trazendo uma observação sobre como a fiscalização de regras da LPG será feita, sugerindo um painel de visualização de indicadores por municípios e cidades a fim de uma fiscalização das oitivas e implementações da Lei. **Ana Castro**, Presidente do Fórum dos Secretários e Gestores da Cultura das Capitais e Municípios Associados, prosseguiu na ordem de falas trazendo uma observação de que os cuidados jurídicos devem ser considerados ao discutir-se a implementação e regulamentação da Lei Paulo Gustavo, por serem importantes tanto para gestores, quanto para artistas. Complementou dizendo que, por exemplo, uma consulta à Advocacia-Geral da União, como foi feita na LAB, poderia dar maior segurança jurídica. **Roberta Martins** retomou a palavra resumindo os tópicos que foram trazidos durante o momento de falas, a fim de que todos recordassem ou complementassem as questões. A palavra foi passada para o diretor **Pedro Vasconcellos**, que iniciou as respostas aos tópicos trazendo o exemplo do problema legal ocorrido nas execuções da Lei Aldir Blanc, em função de que o texto

possibilitou interpretações jurídicas distintas sobre os mesmos processos pelos municípios. Sobre a LPG, o amparo legal do seu Decreto foi construído juntamente à AGU e à Casa Civil, a fim de que esse problema não se repita. Além disso, tanto a Controladoria-Geral da União (CGU) quanto o Tribunal de Contas da União (TCU) terão acesso ao texto antes da sua publicação. O Ministério da Cultura também dará atenção especial as execuções por meio da Diretoria de Assistência Técnica para Estados, Distrito Federal e Municípios (DAST), que fornecerá orientação jurídica para estados e municípios. Sobre o percentual de cinco por cento para a operacionalização de recursos, afirmou que é uma definição sem possibilidade de alteração, uma vez que a Casa Civil, por exemplo, é contra. O problema se deve ao entendimento de que essa operacionalização implica em tirar dinheiro do finalístico para colocar no operacional, prejudicando o beneficiário final.

Sobre a redistribuição dos recursos que sobraem, afirmou que será feita conforme as diretrizes de distribuição. A respeito de acessibilidade em todos os materiais informativos do Ministério da Cultura sobre a LPG, considerou como questão resolvida, por ser de fácil resolução. Acrescentou que no texto da regulamentação, não há espaço pra dúvidas sobre a realização deste quesito. Sobre um Termo de Adesão ao Sistema Nacional de Cultura como parte da prestação de contas, a regulamentação trará assuntos mais gerais sobre a LPG, sem entrar a fundo no dever de fortalecimento do Sistema para os estados e municípios, enquanto no Termo, em si, haverá maiores informações sobre como demonstrar o cumprimento deste fortalecimento. Por fim, conclui a resposta dizendo que será considerada as diferenças intrínsecas a cada ente em relação ao seu número de habitantes e possibilidades. Encerrada a sua fala, a coordenadora da reunião informou que como conclusão desta primeira parte haveria um encaminhamento sobre a integração da LPG e o CNPC. Outro encaminhamento foi a decisão de um ponto focal para acompanhamento do Termo de Adesão citado pelo diretor Pedro. Como encaminhamento final deste tópico, LPV e LAB serão acompanhadas pelo CNPC. Prosseguiu-se com a pauta, onde a coordenadora leu os 4 compromissos prévios do CNPC em 2023. **Lindivaldo Junior**, Secretário-Executivo do Conselho, deu continuidade a esta nova discussão pontuando a relevância do Conselho em âmbito federal, levando em conta a sua influência nos outros conselhos do país, para explicar

como se deu a sugestão dos compromissos neste ano. **Fernanda Adão** assumiu o microfone, acrescentando ao tópico primeiro dentro dos Compromissos do CNPC em 2023, a "implementação" dos colegiados setoriais, visando uma forma de expressar mais estratégica. Dando prosseguimento, **Roberta Martins** apresentou o tópico terceiro, cadeira de Notório Saber e Povos Indígenas, introduzindo a política por trás destas cadeiras no Conselho. Falou sobre o problema ocorrido para a presença de um representante da sociedade civil para a cadeira de povos indígenas. Demandou ao Conselho a escolha da cadeira de notório saber, comentando a sugestão de nomes feita pelo MinC. O secretário interveio sugerindo que uma lista de ordem de prioridades de indicação fosse feita pelos conselheiros, abarcando, ou não, os nomes sugeridos. **Roberta Martins** prosseguiu iniciando o momento de discussão de tópicos relacionados à 4 CNC. Introduziu os tópicos que viriam falando sobre a importância do Conselho para a Conferência, principalmente na sua realização e definição de diretrizes. Sugeriu que o limite inicial de falas fosse de cinco inscrições, tendo vista que na última lista foram sete inscritos, além de outras intervenções. **Gilceia Souza**, representante suplente da Cultura Popular, foi a primeira inscrita, tendo como cerne de sua fala uma sugestão de um Tema diferente de "Cultura e Democracia", pontuando que os produtores de cultura não conhecem os seus direitos. Sugeriu, portanto, que o tema fosse algo próximo de "Conhecendo os seus direitos". Michel tomou o microfone, falando com ênfase na preocupação da organização dos municípios, ressaltando a importância de um calendário atualizado e com prazos reais. **Thaynã Paes**, conselheiro titular da Região Sudeste, tomou a palavra defendendo o temário "A cultura como direito", defendendo que essa perspectiva cultural como algo assegurado politicamente é necessária na atual conjuntura política. A presidente do IBRAM prosseguiu com as falas dentro deste tópico trazendo um enfoque de estado de direito, retomada da democracia e a utilização da cultura enquanto ferramenta e ação de cidadania para a retomada da democracia. Assim sendo, trouxe esse pensamento como tema simbólico fundamental para a 4 Conferência. Pedro voltou a falar, destacando a magnitude desta Conferência, por ser a única do governo Lula. Falou sobre a Conferência como uma afirmação coletiva em prol de uma cultura democrática e importante, lembrando das conferências temáticas/setoriais como auxiliadoras da formação de um novo país que lida com a responsabilidade histórica

diante do destrato com a cultura nos últimos seis anos. **Claudia Queiroz**, conselheira suplente da Região Centro-Oeste, tomou a palavra defendendo que os últimos anos trouxeram uma confusão a respeito de cultura e a sua importância. Sugeriu que o Conselho procurasse trabalhar com a "obviedade" nas suas comunicações. **Roberta** partiu para os encaminhamentos deste tópico estipulando um novo tema "Cultura, democracia e direitos culturais". Partindo para o próximo tópico, questionou o prazo de convocatória dos estados para a etapa municipal, sugerindo que fosse adiado, tendo em vista que a presente reunião está acontecendo já em abril. Após um momento de discussões sem falas propriamente inscritas, decidiu-se que a 30 de agosto e 31 de outubro como novas datas finais dentro do calendário da Conferência. Como encaminhamento, a comissão eleita deverá fazer a consideração e aprovação dos eixos temáticos, levando em conta que importam para as diretrizes da Conferência. **Lindivaldo Junior** tomou um tempo para justificar e explicar o que serão as conferências temáticas, tratando das diferenças com as antigas "conferências livres". Assim, a comissão organizadora tratará das conferências municipais, estaduais e temáticas. Após Roberta apresentar os, até então, doze temas das conferências, **Lindivaldo Junior** interveio explicando a atuação da comissão responsável por elas, como necessitam considerar a escolha de temas pensando na amplitude diversa e nacional. Informou ser necessário que o Conselho finalizasse a reunião com o encaminhamento dos nomes dos conselheiros que iriam compor as duas câmaras temáticas – uma câmara para tratar da 4ª Conferência Nacional de Cultura, outra para tratar das temáticas. **Fernanda Castro**, presidente do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), pediu para que a instituição fosse acrescentada no tema nono, Cultura Digital. Afirmou que a instituição está articulando um acordo de cooperação-técnica para tratar deste tema, pensando em, inclusive, futuramente trazer uma proposta para o sistema do Ministério da Cultura. Por fim, sugeriu o tema de "Cultura e segurança alimentar" em nome da representante do Iphan, Desirée Tozi – que saiu antes do término da reunião. **Victor Narciso (Mestre Gavião)**, conselheiro titular representante da Cultura Popular, sugeriu que a Fundação Palmares também fosse convidada para integrar o tema de Trabalhadores da Cultura, tendo em sua vista a relação direta com o tópico de culturas de matriz-africana. A sua participação contemplaria, assim, o povo negro brasileiro. **Luís Antonio Torelli**, associado da

Câmara Brasileira do Livro, pediu para que as bibliotecas fossem consideradas no quinto tema, "Acessibilidade na cultura". **Cláudia Queiroz** pediu que outras culturas alimentícias fossem consideradas, não apenas a indígena. Sobre o tema "Trabalhadores da cultura", sugeriu que fosse tratado questões de aposentadoria, trabalhadores na cultura. Opinou que no tema "Internacionalização da cultura brasileira", as fronteiras territoriais fossem tratadas, considerando a extensão do Brasil. A respeito de "Cultura Digital", afirmou ser importante colocar como temática 'as fronteiras culturais', por considerar esse espaço como abrangente de possibilidades de manifestações culturais. Por fim, manifestou que seria importante ter uma pessoa com deficiência dentre os delegados da conferência "Acessibilidade na cultura". **Thaynã Paes** demonstrou um sentimento de falta por um tema que tratasse de "periferia e cidadania cultural". Aconselhou que no tema "Campo, Floresta e das Águas" houvesse alguma palavra que remetesse à agroecologia/agroflorestal, deixando mais explícito o teor de discussão sobre meios sustentáveis de produção. Questionou onde os outros povos tradicionais, que não os indígenas e negros, se encontrariam dentro das discussões. Jorge "o Louco", participante externo trouxe a proposta de criação de uma "Secretaria Especial da Diversidade e alteridade Mental", participando da luta antimanicomial, tirando um pouco da área da Saúde a preocupação com a loucura, trazendo, conforme justificativa histórico-cultural trazida pelo participante, para o Ministério da Cultura a loucura enquanto contribuidora para a cultura brasileira, digna de respeito. **Deryk Santana**, diretor de Políticas para Trabalhadores da Cultura, sugeriu que houvesse um debate sobre cultura e educação, em parceria com o Ministério da Educação como, bem como o tema "cultura e juventude". Trouxe, também, a necessidade de pensar no financiamento da cultura depois das grandes leis de incentivo Aldir Blanc e Paulo Gustavo. Por fim, baseado na fala anterior, do ouvinte Jorge "o Louco", sugeriu uma reflexão sobre o tema "cultura e cuidado". **Fernanda Castro**, interveio rapidamente para pedir a inserção da interlocução com o Conselho Nacional de Museus, no eixo de Memória e Patrimônio, bem como no eixo de Cultura Digital. **Roberta Martins** retomou a palavra chamando a atenção para o fato de que, independentemente de quantos temas fossem escolhidos, o cerne seria a câmara temática responsável pelas conferências estar apta a lidar com todos eles. Anunciou que a Reunião entraria em um novo

momento, de eleição dos representantes de cada uma das câmaras temáticas. Uma câmara seria para a construção da 4ª CNC, pensando e estabelecendo a metodologia para que todas as execuções sejam possíveis, assim como o seu calendário e parceiros das conferências temáticas, além de planejar a construção dos eixos da Conferência. A outra câmara seria para planejar a reformulação do CNPC. Encerrando a sua fala, perguntou ao secretário-executivo com se daria esse processo de formação das câmaras temáticas. Assumindo o microfone, **Lindivaldo Junior** informou que o primeiro passo seria decidir o número de pessoas para as câmaras, lembrando que seriam divididas entre representantes do CNPC e governo federal. Sugeriu que cada uma das câmaras tivesse seis pessoas e abriu para opiniões. Não houve inscrições ou falas por meio de microfones, tornando inaudível pela relatoria o que foi dito pelos poucos conselheiros que opinaram. A Secretária **Roberta Martins** interveio para instruir qual seria a atuação desses grupos, ressaltando que ambas as câmaras exigiriam trabalho de pesquisa e definição de orientações e devolutivas para o restante do CNPC. Propôs uma alteração no número de participantes de cada grupo, que foi acatada pelo Conselho, que sugeriu uma representação territorial, de acordo com cinco as macrorregiões, dentro das câmaras. Foi encaminhado, então, que cada uma teria 10 participantes, cinco do CNPC e mais cinco representantes do poder público. Ficou decidido que a indicação final dos nomes dos conselheiros que iriam compor as duas câmaras temáticas seria realizada na fase final da Reunião, após toda a pauta ser cumprida. O secretário-executivo **Lindivaldo Martins**, assumiu a continuação da pauta da Reunião, passando a tratar do calendário de reuniões do CNPC. Informou que esta primeira reunião do CNPC (mandato 2022-25) está dentro do número de três reuniões ordinárias do Conselho estipuladas para este ano, estipuladas a partir do Decreto n.º 9.891 – que institui o CNPC, faltando a decisão de quantas seriam presenciais ou virtuais. Propôs que houvesse mais duas reuniões ordinárias presenciais no ano de 2023, uma no meio do ano e outra mais próxima da 4ª Conferência. **Roberta Martins** sugeriu, em contraposição, que houvesse uma reunião presencial e uma terceira virtual. Não houve oposições. Foi encaminhado, portanto, que esses seriam os moldes das próximas reuniões ordinárias do ano de 2023. O conselheiro **Thaynã Paes** pediu a fala para sugerir que a próxima reunião presencial fosse realizada com dois dias de compromisso, ao invés de apenas um, a fim de que as

discussões pudessem ocorrer com mais tranquilidade e a pauta pudesse ser cumprida com maior eficiência. **Roberta Martins** concordou e perguntou ao Conselho se isso poderia ser um encaminhamento registrado em ata, que veio a ser aprovado em seguida. Ainda em seu período de fala, a secretária trouxe a demanda de escolha de três nomes de conselheiros do CNPC para participarem do I Fórum Interconselhos, agendado para acontecer em Brasília nos dias 18 e 19 de Abril de 2023, após convite da Secretaria-Geral da Presidência da República. Primeiro se fez necessário saber se havia interesse do CNPC em participar do Fórum. Após uma manifestação unânime a favor da participação, a secretaria sugeriu um intervalo de dez minutos a fim de que o Conselho pudesse discutir os nomes indicados para as duas câmaras temáticas e o Fórum Interconselhos com maior liberdade. Após o retorno dos membros do poder público para o auditório houve um momento de informes sobre os representantes escolhidos, efetuado pelo conselheiro **Ednilton Barreto**. Os nomes: Luciana Conrado, Ednilton “Shaolin” Barreto, Geová Silva, Elson Rocha e Fernanda Barbosa como componentes da sociedade civil na câmara que tratará da 4ª CNC; Luiz Felipe Vitelli, João Michel, Vitor Hugo Narciso “Mestre Gavião”, Lucimar Marques e Carmen Negrão como representantes da sociedade civil na câmara do Novo CNPC. Por fim, Thaynã Paes, André Luis e Paulo Leônidas como representantes civis no I Fórum Interconselhos. **Roberta Martins** trouxe o questionamento de que os nomes para participação no Fórum não contavam com mulheres, o que não demonstraria uma participação plural em um evento nacional, realizado por um governo que defende ampla representação de gênero e raça nas instâncias públicas. Os conselheiros, então, entraram em um momento de discussão interna para conseguir repensar as indicações, sem uma lista de inscrições. Ficou encaminhado, por fim, que os três representantes do CNPC seriam: Carmen Negrão (trocou de participação com Thaynã Paes), André Luis e Paulo Leônidas. Devido a mudança de participação da conselheira Carmen Negrão, o conselheiro Thaynã Paes passou a compor a câmara temática de reformulação do CNPC. **Ednilton Barreto** trouxe uma demanda do estado que representa, onde agentes culturais têm solicitado que as reuniões do CNPC fossem transmitidas pela internet. **Roberta Martins** respondeu que seria necessário fazer uma consulta sobre a transmissão das reuniões, tornando-se tópico necessário de discussão e resolução internamente, o que foi compreendido pelo

conselheiro em questão. A Secretária Roberta Martins, Presidente, em exercício, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião às 19h13.